

HABEAS CORPUS Nº 553.547 - PR (2019/0381598-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
JULIO CESAR DUAILIBE SALEM FILHO - PI005699
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : FELIPE LUCAS SANTOS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de FELIPE LUCAS SANTOS DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC de n. 0049934-42.2019.8.16.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 da Lei n. 11.343/2006 e 333 do Código Penal, tendo sua prisão sido convertida em preventiva (e-STJ fls. 34/37).

O pleito de revogação da custódia cautelar foi indeferido (e-STJ fls. 31/33).

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ*, que foi denegado em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 21):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS E CORRUPÇÃO ATIVA (ART. 33, CAPUT, DA LEI 11.343/06 E ART. 333 DO CÓDIGO PENAL, EM CONCURSO MATERIAL) - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA - FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA - PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PROVA DA MATERIALIDADE DELITIVA E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - PERICULOSIDADE DO AGENTE DEMONSTRADA PELAS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU A EMPREITADA DELITIVA - EVENTUAIS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS QUE, POR SI SÓS, NÃO OBSTAM A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - COMPATIBILIDADE COM A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - INVIABILIDADE DE PROJEÇÃO, NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS, DO REGIME INICIAL PARA CUMPRIMENTO DE PENA EM CASO DE EVENTUAL PROLAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA - INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO DISPOSTAS NO ART. 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - ORDEM DENEGADA.

Superior Tribunal de Justiça

O presente *writ* funda-se na falta de fundamentação idônea para a manutenção da segregação cautelar.

Salienta a defesa que a quantidade de drogas apreendida – **65 pedras de crack, pesando 11g (onze gramas)** – não se mostra suficiente a demonstrar a periculosidade do agente, sendo imperativa sua soltura, ainda que com imposição de medidas cautelares diversas.

Alega, outrossim, a presença de condições pessoais favoráveis.

Diante disso, pleiteia a defesa, liminarmente e no mérito, seja o paciente posto em liberdade.

O pedido liminar foi por mim indeferido (e-STJ fls. 382/384).

Informações prestadas (e-STJ fls. 389/410).

Parecer ministerial pela denegação do *writ* (e-STJ fls. 416/422).

É, em síntese, o relatório.

Conforme informações extraídas do sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifico que em 13/3/2020 foi prolatada sentença, nos autos da Ação Penal n. 0002173-09.2019.8.16.0196, objeto do presente *writ*, para condenar o paciente, como incurso no art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006 e no art. 333, *caput*, do Código Penal, à pena total de 4 anos e 6 meses de reclusão, no regime inicial semiaberto. Foi-lhe, ainda, negado o benefício de apelar em liberdade.

Ressalte-se que foi expedida a guia de recolhimento provisório com a inserção do paciente no regime de cumprimento de pena semiaberto.

Na linha da orientação firmada no âmbito da Sexta Turma desta Corte, a superveniência de novo título que mantém a segregação cautelar torna prejudicado o *writ* ou recurso que se voltava contra a decisão que foi substituída.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO E FUNDAMENTAÇÃO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE PRONÚNCIA. PREJUDICIALIDADE. SÚMULA 21/STJ. NOVO

TÍTULO. ELEMENTOS CONCRETOS. PERICULOSIDADE. MODUS OPERANDI. MOTIVAÇÃO IDÔNEA A JUSTIFICAR A NECESSIDADE DA PRISÃO CAUTELAR.

1. Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução (Súmula 21/STJ).

2. A superveniência de sentença penal condenatória, por constituir novo título judicial a embasar a constrição cautelar do acusado, torna prejudicado o exame de writ que questiona decreto de prisão preventiva anterior (HC n. 365.344/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 28/8/2017).

3. Existência de motivação concreta na decisão que decretou a prisão preventiva do ora agravante, evidenciada a periculosidade acentuada pelo modus operandi do crime praticado contra agente de segurança pública.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 440.273/SC, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 28/03/2019, DJe 05/04/2019.)

Dessarte, mostra-se patente que a presente impetração, que visava a revogação da prisão do paciente por falta de fundamentação idônea do decreto constritivo, está prejudicada haja vista a perda superveniente de objeto.

Insta salientar, por fim, que existe motivação concreta no decreto de prisão preventiva para a manutenção da custódia cautelar, calcada na periculosidade do paciente, que ostenta histórico de prática de atos infracionais de relevante gravidade (entre outros, ato análogo ao crime de homicídio tentado). Tais circunstâncias demonstram a necessidade da custódia para garantia da ordem pública.

Ante o exposto, **julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator